



POLÍTICA DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS



SUMÁRIO

CONTROLE DE VERSÃO	3
1. OBJETIVO	4
2. DEFINIÇÕES.....	4
3. ABRANGÊNCIA.....	5
4. PRINCÍPIOS.....	5
5. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS.....	5
5.1 Alocação de Recursos para o Risco de Continuidade.....	6
6. RESPONSABILIDADES	6
7. PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES .7	
7.1 Testes.....	8
8. TREINAMENTO	9
9. DISPOSIÇÕES FINAIS	9
10. CONTROLE DO DOCUMENTO.....	9
10.1 Vigência.....	9
10.2 Revisão	9
10.3 Direitos Autorais e Distribuição.....	9



CONTROLE DE VERSÃO

Data da Versão	Autores	Número da Versão	Descrição
19/02/2020	Presidente, GRC, Departamento de Operações e Tecnologia	1.0	Elaboração inicial do documento
30/03/2021	Departamento de Produção e Segurança da Informação	2.0	Revalidação do documento
16/07/2021	Departamento de Produção e Segurança da Informação Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos	3.0	Adequação relativa à alteração da infraestrutura da Plataforma para computação em nuvem (<i>cloud computing</i>)
05/08/2022	Departamento de Produção e Segurança da Informação	4.0	Revalidação do documento



1. OBJETIVO

Essa Política de Gestão de Continuidade de Negócios (“Política”) tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadores da Gestão de Continuidade dos Negócios na CSD CENTRAL DE REGISTRO E DEPÓSITO AOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS S.A. (“CSD BR” ou “Companhia”), visando assegurar a continuidade de suas atividades críticas na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, total ou parcial, de sua infraestrutura operacional, de recursos de Tecnologia da Informação e de Resiliência Cibernética, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros, reputacionais e os impactos negativos à imagem institucional da Companhia atinjam níveis inaceitáveis.

Os termos e expressões aqui iniciados em maiúsculas, tanto no singular quanto no plural, têm o significado a eles atribuído no Glossário da CSD BR disponível em www.csdb.com.

2. DEFINIÇÕES

- (i) Atividade: processo ou conjunto de processos executados pela Companhia (ou em seu nome) que produzem ou suportem um ou mais serviços;
- (ii) Processos críticos: atividades que, se interrompidas, causam prejuízo à Companhia;
- (iii) Continuidade dos Negócios: capacidade de a Companhia continuar a prestar os serviços em um nível aceitável previamente definido após incidentes de interrupção;
- (iv) Crise: situação que implique ameaça para a Companhia;
- (v) Desastre: evento que causa danos e/ou interrompe a execução de atividade crítica, por período superior a 2 (duas) horas;
- (vi) Incidente: situação que pode representar ou levar à interrupção de negócios, perdas, emergências ou crises;
- (vii) Plano de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres (“PCN-RD”): documento que registra as ações a serem tomadas nos casos de crise e/ou desastre, com o objetivo de manter um nível adequado e seguro de serviços aos Participantes, reguladores e ao mercado;
- (viii) Plataforma: conforme definido no Glossário da Companhia.



3. ABRANGÊNCIA

Esta Política aplica-se a todos os colaboradores, diretores e administradores da Companhia.

4. PRINCÍPIOS

- (i) **Prevenção:** capacidade de evitar ou reduzir a possibilidade de ocorrência e os impactos de um incidente ou desastre, com a adoção de medidas preventivas e mecanismos de recuperação, considerando a implementação de testes regulares;
- (ii) **Resposta e/ou Resiliência:** capacidade de a Companhia se manter em operação diante de atividades críticas, protegendo as pessoas e o patrimônio da Companhia, após a ocorrência de incidentes ou desastres, de acordo com estratégia previamente definida, neste caso, no Plano de Continuidade de Negócios e de Recuperação de Desastres (“PCN-RD”); e
- (iii) **Recuperação:** processo de reparação do ambiente normal de trabalho e de seus recursos para o restabelecimento das atividades críticas após a ocorrência de incidentes ou desastres.

5. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

O objetivo da gestão de continuidade de negócios é identificar potenciais ameaças à Companhia, os impactos nas operações de negócios que essas ameaças podem vir a causar, e oferecer uma estrutura para desenvolver resiliência organizacional com capacidade de resposta eficaz.

A Companhia definiu as situações, a saber:

- (i) **Análise de impacto:** identificação, classificação e documentação de processos críticos, bem como avaliação dos potenciais efeitos de eventual incidente e/ou interrupção desses processos;
- (ii) **Estratégias de Continuidade:** capacidade de continuidade das atividades pela Companhia, limitando perdas decorrentes de eventual incidente e/ou interrupção dos processos críticos;



- (iii) Administração de crise: providências e mobilização de pessoas que devem se preparar e/ou tomar as ações necessárias para tratamento de uma situação de crise até o retorno à normalidade, considerando a comunicação interna e externa da Companhia sobre os incidentes e/ou interrupção dos processos críticos;
- (iv) Aplicação de testes: serão realizados testes preventivos e de monitoramento, cujo objetivo é validar se a estratégia definida no PCN-RD da Companhia contém as informações necessárias, e se produz o resultado esperado caso seja colocado em prática em uma situação real;
- (v) Continuidade operacional: ações e procedimentos de resposta à crise, com objetivo de estabilizar uma situação decorrente de um incidente; e
- (vi) Recuperação de desastre: instauração, no menor tempo possível, de procedimentos de operações de tecnologia da informação em caso de interrupção dos serviços, bem como análise dos impactos da interrupção e o tempo máximo necessário para a recuperação as atividades essenciais da Companhia.

5.1 Alocação de Recursos para o Risco de Continuidade

Com o objetivo de fazer frente a potenciais perdas que a Companhia venha a enfrentar, no intuito de manter a continuidade de suas operações e a recuperação de eventuais incidentes ou desastres, a Diretoria da Companhia deverá manter a aplicação de recursos em investimentos de disponibilidade imediata (“Recursos Líquidos”).

Os Recursos Líquidos deverão ser de, no mínimo, o valor necessário para o restabelecimento operacional de uma zona de disponibilidade.

Em situações de anormalidade do mercado, o Conselho de Administração da Companhia, poderá determinar que a reserva de Recursos Líquidos seja maior que o mínimo definido acima.

6. RESPONSABILIDADES

- (i) Conselho de Administração: responsável pela aprovação desta Política, observados os papéis e responsabilidades nela definidos;
- (ii) Diretoria: responsável por definir os princípios e as diretrizes que norteiam a Gestão de Continuidade dos Negócios, bem como a estrutura de comando que deverá conduzir providências de tratamento da crise até o retorno à normalidade;



- (iii) Departamento de Produção e Segurança da Informação (“DPSI”): responsável pela elaboração, análise e revisões desta Política e do PCN-RD, em conjunto com a Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos, por submetê-los à aprovação do Conselho de Administração; e da Diretoria da Companhia, respectivamente;
- (iv) Gestores de Áreas, conforme aplicável: responsáveis por:
 - (a) solicitação de adequação desta Política;
 - (b) garantir a participação e contribuição das equipes sob sua gestão no processo de elaboração e testes do PCN-RD;
 - (c) realizar análise de impacto nos negócios dos processos sob sua responsabilidade;
 - (d) elaborar e manter o PCN-RD com base na análise de impacto nos negócios.

7. PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

A implementação desta Política e de itens relativos à continuidade dos negócios presentes nas demais políticas da Companhia será feita por meio do PCN-RD, documento interno da Companhia, em que estão descritos um conjunto de ações que identificam contingências, planos de ação, e estabelece estratégias e prazos para reinício e recuperação das atividades, a serem executados em situações de crise e/ou desastre.

No PCN-RD constam as rotinas, os procedimentos, os controles e as tecnologias a serem utilizados na prevenção e na resposta a incidentes, em conformidade com as diretrizes desta Política. Adicionalmente, deve-se considerar:

- (i) estrutura de comando;
- (ii) avaliação e comunicação de incidente;
- (iii) identificação das localidades e sistemas considerados importantes para a continuidade do negócio:
 - (a) Sistemas críticos são todos aqueles que impactam as atividades vinculadas ao processo de registro na Plataforma.
 - (b) Sistemas não-críticos são todos aqueles que não impactam os sistemas descrito no item (a) acima, na Plataforma, como cobrança, apreçamento de Ativos e cadastro de novos Participantes.



- (c) Sistemas acessórios são todos aqueles que não impactam os sistemas descritos nos itens (a) e (b) acima.
- (iv) Prazo para retomada do serviço, prevalecendo, quando aplicável, aqueles constantes em normativos e na legislação:
 - (a) Sistemas críticos: até 2 (duas) horas.
 - (b) Sistemas não-críticos: até 4 (quatro) horas.
 - (c) Sistemas acessórios: até 24 (vinte e quatro) horas.
- (v) Cenários para Recuperação de Desastres;
- (vi) Política de backup, considerando o período mínimo de retenção dos dados, conforme abaixo:
 - (a) Sistemas críticos e não-críticos: 10 (dez) anos.
 - (b) Sistemas acessórios: 1 (um) ano.
- (vii) Testes a serem realizados para validação de todos os elementos do plano, incluindo, mas não se limitando a:
 - (a) Descrição do teste e controles aplicáveis.
 - (b) Periodicidade de execução:
 - i) Sistemas críticos e não-críticos: 1 ano.
 - ii) Sistemas acessórios: 2 (dois) anos.
 - iii) Em não havendo definição específica, deve ser considerada a periodicidade dos sistemas críticos e não-críticos.
- (viii) O plano deverá ser revisado, no mínimo, anualmente.

7.1 Testes

Para garantir a eficácia e a efetividade dos negócios da Companhia, serão realizados testes periódicos ou extraordinários do PCN-RD, considerando os seguintes pontos:

- (i) acompanhamento da Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos (“GRC”);
- (ii) elaboração de um relatório com os resultados obtidos nos testes, em até 15 (quinze) dias da data de execução;
- (iii) o relatório deverá ser encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia, com análise e recomendações prévias por parte do Comitê de Fiscalização e Supervisão da Companhia.



8. TREINAMENTO

O treinamento visa alinhar o conhecimento relativo ao desenvolvimento e implantação do PCN-RD, avaliação de riscos, execução e análise de impacto nos negócios, execução dos testes previstos no PCN-RD, comunicação interna e externa, e o que mais for necessário para a melhor aplicação desta Política. Deve acontecer pelo menos uma vez ao ano.

O material de treinamento deverá ser desenvolvido pelos gestores das áreas e o treinamento deverá ser aplicado em conjunto com a área de Recursos Humanos.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Na existência de um PCN-RD que venha sofrer alterações em virtude da publicação desta Política, a Companhia deverá revisá-lo no prazo de 30 (trinta) dias e, caso necessário, adequá-lo às diretrizes desta Política.

Em havendo conflito entre o disposto nesta Política e no PCN-RD, prevalecerá o disposto nesta Política.

10. CONTROLE DO DOCUMENTO

10.1 Vigência

Este documento deverá ser divulgado no site da Companhia após a sua aprovação pelo Conselho de Administração, entrando em vigor na data mais recente do quadro no item “CONTROLE DE VERSÃO”, cancelando e substituindo o documento vigente desde a data imediatamente anterior.

10.2 Revisão

Este documento deverá ser revisado, no mínimo, anualmente, considerando a data de publicação mais recente (quadro no item “CONTROLE DE VERSÃO”, acima), podendo ser atualizado a qualquer tempo para incorporar melhorias, corrigir erros ou atender normativos.

10.3 Direitos Autorais e Distribuição

A Companhia possui sobre esse documento todos os direitos de elaboração, alteração, reprodução e distribuição. Este documento substitui todas as versões anteriores. A



Companhia não se responsabiliza por versões desatualizadas, modificadas, ou por quaisquer versões provenientes de outras fontes que não a fonte oficial designada para fornecer este material.